

NORMAS E REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

RESUMO

Bacharelado em Engenharia de Produção

Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia

1º Período

Orientador

Prof.^a Ms. Karyn Cristine Cavalheiro

Autores

Daniela Adami Silva dos Anjos

Johny Luiz de Souza

Esse artigo vai trazer como objeto de pesquisa, a importância das leis de adequação e normas para um espaço escolar harmonioso. Aprimorar o conhecimento no tema que é de grande relevância na construção do processo educativo. Entender a influência que os ambientes escolares podem ter durante as estratégias de ensino. Conhecer um pouco da vivência escolar através de pesquisas que trazem dados reais de como algumas escolas praticam o ensino. Veremos como o Brasil ainda é uma pais com muita disparidade social, que afeta diretamente os alunos, seja por falta de estrutura, condições básicas que apoiam e estimulam as crianças a irem a escola, seja por falta de aplicação dos padrões que o próprio governo regulamenta. Contemplaremos como conclusão, a ideia de uma escola perfeita, onde a prática de ensino seja laborada de forma eficiente, potencializando as habilidades dos professores com uma estrutura que atendem as normas pedagógicas e estruturais.

Palavras-chave: 1- Escola. 2- Ensino Fundamental 1. 3- Normas Regulamentadoras

1. INTRODUÇÃO

A educação e a infraestrutura estão diretamente ligadas aos resultados que uma escola busca alcançar. Para Robinson (2015) a educação e sua infraestrutura são essenciais, no âmbito econômico, social, cultural e pessoal. O Brasil apesar de seus 520 anos de história, as leis e normas que garantem ao cidadão o direito de estudar em condições de igualdade, infelizmente não se aplicam na integra como o texto delas o diz. Se pensarmos que a escola é responsável por formar os futuros cidadãos, devemos sim entender melhor sobre o ambiente onde eles iniciam essa caminhada.

Entender às relações entre trabalho, técnica, formação política e produção de saberes, compreendendo as mediações da ciência e da tecnologia nestas ações, ocorre a apropriação e reprodução de novos comportamentos e atitudes que podem redirecionar projetos de vida e de transformação do ambiente. “[...] do coração do sistema já era possível construir um duplo poder, ou seja, dar aos trabalhadores coletivos o poder de parar a fábrica e reivindicar seus direitos” (CRUZ, 2011, p. 7).

Os diferentes comportamentos também são observados dentro de diferentes ambientes, propiciando melhores condições de aprendizagem para aqueles espaços que são harmoniosos e respeitam o aluno como indivíduo, a compreensão dessa inter-relação deve ser dinâmica, como aponta Mosser (2009) e Gifford (2014).

“[...] muitos tipos de comportamento podem aparecer em um espaço composto por quatro paredes, um teto e um piso. Mas se essa estrutura é uma sala de aula, então os comportamentos que aparecerão serão diferentes daqueles observados em uma igreja ou uma fábrica. [...]” (MOSER, 2009, p.50).

A qualidade no processo de aprendizagem começa quando os requisitos básicos são atendidos, para objeto de estudo temos o ensino fundamental 1. O conhecimento das normas e leis facilitam para um dimensionamento e interpretação correta do espaço escolar, das Normas regulamentares e de um ambiente perfeito para a prática de ensino.

2. ESPAÇO ESCOLAR

Vivemos em um país de extremos, onde podemos contemplar realidades totalmente distintas dentro das instituições de ensino. Mesmo sendo um tema tão relevante para a construção da educação e cidadania, é possível se deparar com lugares com carência de infraestrutura básica, muitas das vezes impossibilitando o processo educativo. Importante dizer que daremos ênfase a compreensão do dimensionamento e

padrões que os próprios estados junto com as secretarias de educação julgam como apropriados para a prática de ensino.

O espaço escolar é visto como uma fonte de experiências e de aprendizagem que, em sua materialidade, está impregnado de signos, símbolos e marcas que comunicam e educam; a sua produção, distribuição, posse e usos têm um importante papel pedagógico. Vale destacar que o espaço escolar deve ser acolhedor e prazeroso, deve trazer a sensação de abrigo que possibilite outras sensações, de autoconfiança, como o bem estar. Portanto, “Toda relação humana é educativa. Todo contato com criança deixa marcas que define posições” (REDIN, 1998, p. 49).

Quando falamos de espaço, ambiente escolar é necessário que se tenha uma visão sistêmica de todas as áreas dentro da escola. As leis e normas elas interagem para que o espaço escolar esteja cada vez mais harmonioso, que o aluno e o professor passem por experiências agradáveis durante essa jornada tão longa que é o ensino fundamental 1¹. Segundo as recomendações da Unesco (1998; 2001, o prédio escolar,

[...] deve ser seguro e atraente em termos de seu projeto global, funcionalidade no *lay-out*; deve dar condições para que seja efetivamente possível um ensino efetivo, atividades extracurriculares em especial em áreas carentes e rurais atuando como um centro comunitário. Deve ser construída a escola em conformidade com padrões sanitários, tendo durabilidade, adaptabilidade e deve requerer uma manutenção econômica. (UNESCO 1998; 2001)

O espaço escolar deve ser visto como um suporte que possibilita e contribui para a vivência e a expressão das culturas – jogos, brincadeiras, músicas, histórias que constroem uma visão dentro do olhar de cada criança. Assim, deve-se organizar um ambiente adequado à proposta pedagógica da instituição, que possibilite à criança a realização de explorações e brincadeiras, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança, interações socioeducativas e privacidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Para realização de construções de uma unidade de ensino, é preciso atender a demanda e planejamento que envolve os estudos de viabilidade, definição de características ambientais, projeto da estrutura física, obedecendo as especificações técnicas e cumprindo o Programa de Necessidades estabelecido pelas Secretarias de Educação. A intenção desse programa é incorporar metodologias participativas, que atendam às necessidades dos usuários finais, sejam elas as crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. Percebendo na influência do espaço no

¹ Ensino fundamental 1 é o período escolar para estudantes na faixa etária de 6 a 10 anos

homem, concentrar o pensamento na construção de ambientes como foco o usuário. De acordo com Voordt e Wegen (2013), quando a atenção é voltada para a usabilidade ótima cria-se uma sensação de apoio e o espaço passa a inspirar conforto, como também afirma Walden (2009).

Em um estudo realizado pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), sobre a influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem, mostra a necessidade que de se garantir construções que atendam as legislações pertinentes, uma vez que o ambiente escolar influencia diretamente na construção da educação para os alunos, como diz Frago:

O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas é em si uma forma silenciosa de educar. Como afirma Antônio Viñao Frago, referindo-se ao espaço escolar, este não é apenas um “cenário” onde se desenvolve a educação, mas sim “uma forma silenciosa de ensino” (FRAGO, 1995, p. 69).

FIGURA 1 - ILUMINAÇÃO INADEQUADA, ESPAÇO REDUZIDO



FONTE: UFSM

Problema: observamos as dificuldades em locomoção pela sala, e visibilidade para realização de atividades.

FIGURA 2 – UM DIA DE CLASSE CHEIA



FONTE: UFSM

Problema : dimensionamento incorreto com super lotação

2.1 ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS

A administração escolar também aparece como algo que pode impactar de forma positiva ou negativa a vida dos alunos durante o período do ano letivo. Sabemos que a demanda de recursos enviada pelo governo podem demorar chegar inviabilizando projetos de melhoria, atrapalhando até o cronograma escolar.

Segundo (VIEIRA, 2001) uma variável também pode ser observada, quanto ao funcionamento de uma instituição de ensino, ou seja, por mais perfeita que as condições estruturais possam ser, o funcionamento pode ser avaliado de vários jeitos de excelente a péssimo. Isso sugere uma má administração. Ao contrário também pode ser verdadeiro, pois a busca pelo funcionamento e estrutura perfeita é um desafio permanente.

Se é verdade que tanto a estrutura quanto o funcionamento podem mudar o primeiro possui um caráter determinante sobre o segundo. Quando uma re- forma educacional modifica a organização do ensino provendo novas formas de acesso, de financiamento etc., podemos dizer que está é uma reforma estrutural. Com certeza implicará mudanças no seu funcionamento do ensino O contrário não é verdadeiro, várias formas de funcionamento podem corresponder a uma mesma estrutura (VIEIRA, 2001, p. 22)

A Secretaria de Educação, Cultura e Lazer, Cátia Alencar, concedeu entrevista ao programa Visão Política, na Rádio Vale do Rio Grande e falou sobre a implantação do Projeto Escolas Núcleos e a desativação temporária de escolas na zona rural. Segundo a secretária, esta situação de calamidade, que a atual administração vem enfrentando com coragem, é resultado de anos de descaso com o ensino público no município.

É inadmissível termos em funcionamento uma escola como a Escola 1º de Maio, no Acampamento Zé Barreto no km 34. Ali encontramos uma pequena sala improvisada com restos de madeira e lona, sem piso, sem água encanada e atende 16 alunos, que estudam do 1º ao 5º ano no turno matutino. Agora, esses alunos serão assistidos pela escola núcleo Manoel Rocha Filho no km 30". (ALENCAR, 2017)

Esse é um exemplo da falta de recursos, descaso e abandono em mais uma escola do Brasil. Abaixo as fotos da Escola Municipal 1º de Maio em Barreiras – Ba.

FIGURA 3 : ESCOLA NA ZONA RURAL



FONTE: TV WEB BARREIRAS

FIGURA 4: BANHEIROS EM ESTADO PRECÁRIO



FONTE: TV WEB BARREIRAS

FIGURA 5: SALA DE AULA IMPROVISADA



FONTE: TV WEB BARREIRAS

Em uma pesquisa publicada *on line* (REVISTA EXAME, 2018), mostra o índice FIRJAN que compila alguns indicadores para estabelecer um ranking entre as 5,5 mil cidades brasileiras no quesito educação. Em primeiro lugar dividem 11 cidades do estado de São Paulo. Dado importante é que apenas duas cidades tinham mais de 100 mil habitantes e as outras nove entre 1,5 mil e 31 mil habitantes. Segundo a pesquisa um dos pontos relevantes para maior desenvolvimento dos municípios é a gestão eficiente dos recursos. Segundo Modesto (2001) define o princípio da eficiência como sendo uma “exigência jurídica, imposta [...] aos que manipulam recursos públicos vinculados de subvenção ou fomento, de atuação idônea, econômica e satisfatória na realização de finalidades públicas assinaladas por lei, ato ou contrato de direito público”

3. LEGISLAÇÃO

Uma escola precisa atender os requisitos legais básicos para abertura de suas atividades, como exemplo, veremos o Termo de acompanhamento e orientação do Governo do Estado de São Paulo, secretaria de estado da educação e diretoria de ensino – região São José do Rio Preto (Lei 10.098, de 19/12/2000; Lei Estadual nº 11.887/2005, Decreto nº 5296, de 02/12/2004 e Lei 13.146, de 06/07/2015) Os ambientes que compõem a edificação escolar e que são considerados como mínimos necessários para o desenvolvimento satisfatório das várias atividades são:

Salas de Aula

- Dimensão mínima: 20m²;
- Quantidade mínima, considerando o funcionamento do curso em dois turnos:
 - Ensino Fundamental: 5 salas de aula;

- Área mínima: 1,00m² por aluno lotado em carteira dupla e 1,20m², quando em carteira individual.
- Área de ventilação natural: no mínimo igual à metade da superfície iluminante.

Sanitários destinados aos alunos

- Obrigatórios nas áreas de recreação e em todos os pavimentos;
- Separados para cada sexo;
- 1 (um) sanitário adaptado para deficientes físicos;
- Calculados para o período de maior lotação:
 - Mínimo de 1 (uma) bacia sanitária para cada 25 alunas;
 - Mínimo de 1 (uma) bacia sanitária para cada 60 alunos;
 - Mínimo de 1 (um) mictório para cada 40 alunos;
 - Mínimo de 1 (um) lavatório para cada 40 alunos ou alunas;
- Existência de antecâmara para entrada nos compartimentos das bacias sanitárias;
- Superfície iluminante: igual ou superior a 1/5 da área do piso;
- Iluminação natural: obrigatória, unilateral, preferencialmente à esquerda;
- Iluminação artificial: obrigatória, atendendo a um nível mínimo de iluminamento de 500 lux;
- A iluminação artificial, para que possa ser adotada em substituição à natural, deverá ser justificada e aceita pela autoridade sanitária e atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Forro: obrigatório, preferencialmente em laje.
- Dimensões mínimas dos compartimentos das bacias sanitárias: 0,90m entre os eixos das paredes;
- Portas dos compartimentos das bacias sanitárias: com vãos livres de 0,15m de altura na parte inferior e 0,30m no mínimo na parte superior;
- Pisos e paredes revestidos com material resistente, liso, lavável e
- Impermeável;
- Área de iluminação natural mínima de 1/10 da área do piso;
- Ventilação com metade da área iluminante.

Sanitários destinados aos professores e funcionários:

- Separados para cada sexo;

- Na proporção de 1 (uma) bacia sanitária, 1 (um) mictório, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para cada 20 professores/funcionários;
- Pisos e paredes revestidos com material resistente, liso, lavável e impermeável.

Bebedouros

- Obrigatória a instalação de bebedouros de jato inclinado na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 200 alunos;
- Obrigatório a instalação de bebedouros de jato inclinado na área de recreação na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 100 alunos;
- Vedada a localização de bebedouro em instalações sanitárias;
- A água deverá passar por filtros antes de chegar às torneiras.

Recreio (obrigatória a existência de pátio coberto para recreio)

- Área mínima: 1/3 da soma das áreas das salas de aula;
- Proteção contra chuvas e ventos, com paredes ou beirais onde necessários;
- Comunicação com o logradouro público;
- Apresentando sanitários para alunos separados por sexo.

Centro de Leitura ou Biblioteca

- Forro obrigatório;
- Nível de iluminação artificial de 500 lux;
- Iluminação natural de 1/5 da área do piso;
- Ventilação com metade da área iluminante;
- Quanto a área for maior que 120m² deverá ter 2 (duas) saídas, no mínimo, com abertura no sentido da fuga.

Local reservado para a prática de Educação Física (para os cursos de Ensino Fundamental e Ensino Médio)

- Alambrados de proteção lateral;
- Orientação preferencialmente norte-sul;
- Nível de iluminação artificial de 100 lux;
- Canaletas de captação de águas pluviais, no entorno.

Corredores, escadas e rampas

- Os corredores, escadas e rampas não poderão ter largura inferior a:

- 1,50m para servir até 200 alunos;
- 1,50m acrescidos de 0,007 m/aluno de 201 a 500;
- 1,50m acrescidos de 0,005 m/aluno de 501 a 1000;
- 1,50m acrescidos de 0,003 m/aluno excedente de 1000;
- O dimensionamento dos degraus deverá obedecer a relação $0,60m < 2a + L < 0,65m$, sendo L (piso) mínimo de 0,30 e a (espelho) máximo de 0,17m;
- As escadas não poderão apresentar trechos em leque;
- Os lances serão retos, não ultrapassando a 16 degraus, sendo que acima deste número deverão ter patamar com extensão não inferior a 1,5m;
- As rampas deverão ter inclinação máxima de 12% sendo que, para a subida de cadeias de rodas deverá ter 6% como inclinação máxima;
- Os pisos das escadas e rampas deverão ter condições antiderrapantes;
- Nas escadas e rampas é obrigatório ter corrimão em ambos os lados.

Os ambientes que devem compor a edificação escolar, caso a escola ofereça refeições aos alunos, as normas são:

Refeitório

- Piso e paredes revestidos com material resistente, liso, impermeável e lavável;
- No piso, material antiderrapante;
- Área de 1m² por aluno e calculado para 1/3 do número de alunos usuários.

Cozinha

- Área mínima de 20m²;
- Pisos e paredes de material liso, impermeável, resistente, lavável e
- Antiderrapante;
- Pé direito mínimo de 2,70m e forro obrigatório;
- Caixa retentora de gorduras nos esgotos;
- Dispositivos para retenção de gorduras em suspensão;
- Abertura para iluminação de 1/5 da área do piso;
- Ventilação com 2/3 da área de iluminação;
- Água quente ou outro processo comprovadamente eficiente para higienização das louças, talheres e demais utensílios de uso;
- Botijões de gás externos à área da cozinha e a 1,5m da parede da edificação;

- Nível de iluminação artificial de 250 lux.

Despensa

Deverá ser anexa à cozinha e terá:

- Paredes e pisos revestidos de material liso e impermeável, resistente e lavável;
- Estrados para o armazenamento de sacarias;
- Prateleiras, feitas de modo a favorecer a ventilação para a guarda de caixas e latarias;
- Iluminação natural de 1/8 da área do piso;
- Ventilação com metade da área de iluminação, com um mínimo de 0,60m²
- Nível de iluminação artificial de 150 lux;
- Aberturas teladas;
- Portas com proteção na parte inferior.

Cantina – não obrigatória, se houver deve apresentar:

- Área mínima de 10m²;
- Pia com ponto de água fria e quente;
- Iluminação de 1/5 da área do piso;
- Ventilação com 1/2 da área iluminante, com um mínimo de 0,60m²
- Porta com proteção contra roedores;
- Pisos e paredes com revestimentos lisos; impermeável e lavável;
- Janelas teladas;
- Pé-direito de 2,70m;
- Dispositivos para retenção de gorduras em suspensão;
- Nível de iluminação artificial de 250 lux;

3.1 NORMAS REGULAMENTADORAS

As Normas Regulamentadoras², também conhecidas como NRs, como o próprio nome já diz, regulamentam e fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios

² NORMAS REGULAMENTADORAS. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/legislação/normas>>_regulamentadoras

relacionados à medicina e segurança no trabalho no Brasil. Dentro dos estabelecimentos de educação, o pensamento prevencionista visa garantir um ambiente longe de riscos de segurança provenientes da atividade que no local é exercida. O espaço escolar é ambiente de trabalho de para muitos profissionais como: professores, diretores, ajudantes, auxiliares, vigilantes, partes administrativas etc. Sendo assim, para todos os estabelecimentos em que os trabalhadores laborem com regime de CLT, deve possuir projetos de segurança e saúde com observâncias nas (NRs).

As principais NRs que se aplicam para os estabelecimentos de ensino são:

- NR 04 – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT
Estabelece a existência de SESMT, compostos por profissionais de segurança e saúde, conforme o grau de risco e quantidade de trabalhadores em cada estabelecimento
- NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA
Estabelece a existência de CIPA, composta por representante de empregadores e empregados, conforme grau de risco e quantidade de trabalhadores em cada estabelecimento.
- NR 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO
Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e do PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência de riscos ambientais existentes no ambiente de trabalho.
- NR 09 – Programa de prevenção de Acidentes do Trabalho – PPRA
Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e do PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência de riscos ambientais existentes no ambiente de trabalho.
- NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade
Estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a

saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

- NR 17 – Ergonomia

Estabelece parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

- NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos locais de Trabalho

Estabelece parâmetros relacionados às instalações sanitárias e de conforto dos trabalhadores nos locais de trabalho.

- NR 26 – Sinalização de Segurança

Estabelece cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes.

Pensando na aplicação das normas dentro dos estabelecimentos de ensino, deve-se identificar todas as situações de risco para a segurança e para a saúde de seus colaboradores, avaliá-los e adotar medidas de proteção necessárias e suficientes para garantir a integridade dos profissionais e das pessoas que ali frequentam, tudo em conformidade com as normas regulamentadoras, especialmente as citadas acima. Os estabelecimentos públicos com trabalhadores estatutários também devem ter controle dos riscos ambientais, afinal a Constituição dá o direito de condições de trabalho saudáveis e seguras para todos.

A Constituição do Brasil de 1988 estabeleceu uma tipologia ao tratar de Meio Ambiente em momentos distintos: natural (art. 225); cultural (arts. 215 e 216); construído (arts. 182 e 183); e do trabalho (art. 6º e inc. VIII do art. 200). Elevou-o à categoria de garantia coletiva ao prescrever que um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos. Assim, quando a Constituição fala em “meio ambiente ecologicamente equilibrado” está se referindo não só ao meio Natural, mas também ao Cultural, Construído e do Trabalho. Todos eles devem estar equilibrados para que os brasileiros possam atingir o pleno desenvolvimento e não apenas o desenvolvimento econômico (SEGUIN, 2010, p. 46).

Muitas escolas sofrem com mobiliários inadequados, falta de equipamento para atividades de limpeza, barulho excessivo nas salas de aula, consumo de água não potável e a pressão por resultados e prazos, causando transtorno psíquicos. Vejamos

agora alguns exemplos de como podemos enquadrar as NRs para o ambiente escolar, observando os riscos de segurança e a saúde:

- **Ruído**

A Norma Regulamentadora nº 17, que trata de ergonomia, disciplina que o nível de pressão sonora máxima em ambientes internos e edificações deve seguir o contido na NBR 10152, que atribuiu um valor de referência para salas de aula de, no máximo, 40dB. Níveis de ruído acima da referência causam desconforto e podem levar à problemas comportamentais aos professores e alunos, originando até mesmo transtornos mentais.

- **Poeira de giz**

Embora cada organismo tenha sua reação individualizada, é comum manifestações irritativas ou alérgicas ao giz em professores, especialmente naqueles que já possuem algum tipo de alergia a ácaros, poeira ou mesmo sofrem de rinite.

- **Riscos de Natureza Ergonômica**

Dentre os riscos ergonômicos mais comuns estão as questões musculoesqueléticas, decorrentes de esforços repetitivos, bem como as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT)³, relacionadas a problemas em virtude de postura inadequada.

- **Riscos psicossociais - excesso de jornada, pressão por resultados, estresse**

Risco de natureza ergonômica, os transtornos mentais estão cada vez mais presentes nas atividades dos trabalhadores, em especial professores. Podem se originar de uma série de fatores, tais como pressão no trabalho, dificuldades no trato com estudantes (desrespeito, violência psicológica e física), carga excessiva de trabalho, ruído excessivo, falta de condições estruturais da escola e até mesmo baixos salários.

4. PROJETO DO ESPAÇO ESCOLAR DO FUNDAMENTAL 1

A fase dos 6 aos 10 anos é marcado por várias mudanças. Os alunos aprofundam o conhecimento de si mesmos e começam a estabelecer os territórios de suas identidades, buscando entender quem são no contexto de suas relações. O espaço escolar tem o papel de desenvolver o conhecimento e sentimentos na vida de uma criança. Para que isso aconteça o ambiente tem que ser bem estruturado com diversos espaços para que a criança possa interagir com outras crianças e com diferentes adultos para um processo de adaptação e socialização futuras. A escola é um desafio para elas,

³ DORT - Representa a sigla para “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho”

pois é o espaço que possuem para exercitar suas individualidades e, ao mesmo tempo, ampliar e fortalecer os vínculos com as outras pessoas, além do círculo familiar. A função desses espaços tem por objetivo influenciar no processo de ensino aprendizagem a organização dos espaços tem que estar adequado para as crianças do ensino fundamental.

Galardini e Giovannini (2002) defende a ideia de que os espaços escolares são grandes parceiros no processo de ensino e aprendizagem, ao afirmarem que,

[...] A qualidade e a organização do espaço e do tempo dentro do cenário educacional podem estimular a investigação, incentivar o desenvolvimento das capacidades de cada criança, ajudar a manter a concentração, fazê-la sentir-se parte integrante do ambiente e dar-lhe uma sensação de bem-estar (p. 118).

Com isso é importante que a escola organize espaços flexíveis, amplos e versáteis que possa possibilitar novos saberes e novas experiências, espaços que favorecem o autoconhecimento, a autonomia e o desenvolvimento das habilidades como: cognitivas, afetivas, social e cultural.

O essencial é focar na função das coisas, criando um ambiente propício à aprendizagem. Fernanda Pinto Silveira, formadora do Centro de Educação e Documentação para a Ação Comunitária (Cedac), recomenda explicar aos alunos o que é cada cantinho, fazer combinados e garantir o acesso de todos. "Assim, eles se sentem integrantes da sala e não apenas expectadores." Caso o docente compartilhe a classe com outros colegas, é importante conversar com eles e acordar onde vão ficar os materiais de cada turma. Junto ao espaço físico devemos juntar as ações do professor para promover nessas crianças a sensação de acolhimento para que se sintam bem acolhidos nesse espaço escolar.

Na foto a seguir podemos notar uma sala de aula à espera dos alunos para o começo do ano letivo. A sala de aula deve manter vários cantos e objetos que chame a atenção e possa ajudar no desenvolvimento dos alunos.

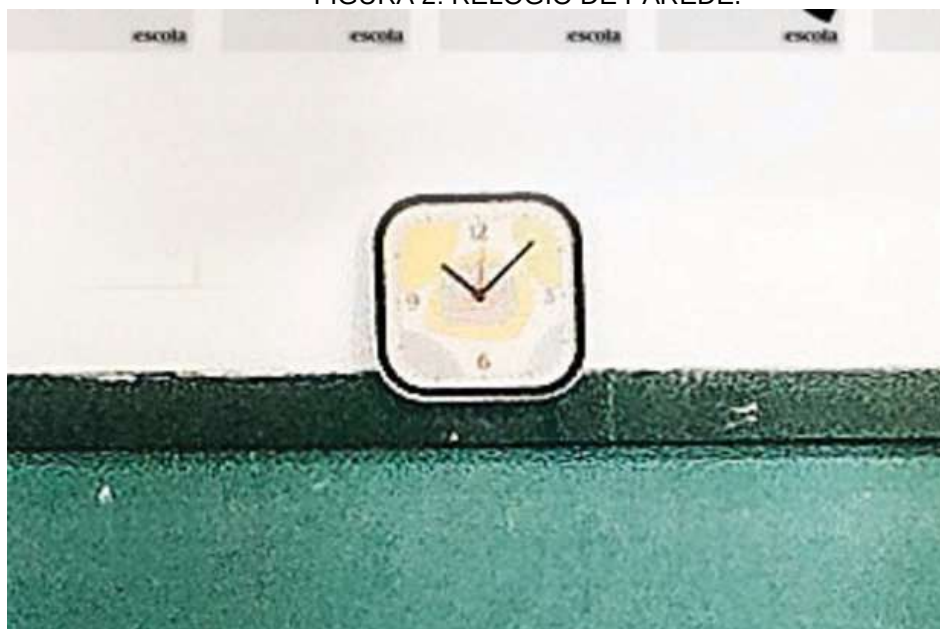
FIGURA 1: SALA DE AULA.



FONTE: NOVA ESCOLA

- A organização da sala de aula deve ser mantida em fileiras uma atrás da outra para maior visibilidade do aluno ao quadro.

FIGURA 2: RELÓGIO DE PAREDE.



FONTE: NOVA ESCOLA

- Relógio deve ficar em uma parede onde os alunos tenha contato com a hora e pode servir de referência numérica ao aluno.

FIGURA 3: ALFABETO.



FONTE: NOVA ESCOLA

- O alfabeto ajuda a criança na hora de desenvolver a escritas.

FIGURA 4: JOGOS E BRINQUEDOS.



FONTE: NOVA ESCOLA

- Jogos e brinquedos diversos em um dos cantos podem ser disponibilizados na hora dos intervalos e momentos de descontração.

FIGURA 5: LIVROS DE LITERATURA.



FONTE: NOVA ESCOLA

- Livros de literatura pode transformar um canto da sala em um cantinho da leitura com diversas obras literárias adequadas à idade de cada turma podendo influenciar a leitura nos intervalos e nas aulas de literatura.

FIGURA 6: QUADRA DE ESPORTES.



FONTE: NOVA ESCOLA

- A escola deve ter uma quadra ampla para facilitar as atividades e recreação para os alunos.

O espaço da escola é mais do que quatro paredes. É clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento. Tem que despertar interesse em aprender, além de ser alegre com profissionais capacitados tem que causar prazer nos alunos por estarem ali.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo nos trouxe muitas contribuições, nos revelando o quanto é importante que se conheça um pouco das Leis e Normas vigentes para o funcionamento de uma escola. Mudar o olhar e entender a preocupação que se deve ter na adequação do ambiente escolar, respeitando a importância do uso adequado de cada espaço, uma vez que este ambiente interfere na desenvoltura e aprendizagem do aluno.

Existem muitas barreiras físicas que impedem o acesso dos alunos a uma escola perfeita. A realidade de algumas escolas que mostramos neste artigo infelizmente dependem de autorização de autoridades governamentais para possíveis melhorias e organização do espaço escolar através de reformas e investimentos adequados. Mas nós pedagogos não podemos deixar nos abalar por causa de algumas situações aqui colocada, devemos sempre presar pelo aprendizado e bem estar de nossos alunos.

Estar antenado nas tendências é como a Engenharia pode contribuir com esse tema. Buscar melhorias de baixo custo, que atendam requisitos de sustentabilidade e facilitem o processo de aprendizagem dentro das escolas. Propor mudanças de *lay out* e até mesmo debater leis que outrora eram assertivas, mas que com o passar do tempo possam estar obsoletas. Pensar em estruturas para acessibilidade e inclusão social.

O ambiente escolar com certeza não é mais o mesmo, e cada ano traz novas necessidades. A segurança e bem estar para os profissionais que atuam dentro das escolas, também deve ser alvo constante dos engenheiros, para que tragam sempre ideias inovadoras para o dia a dia pensando em ergonomia, e mais produtividade para dentro do espaço escolar.

4. REFERÊNCIAS

A importância da organização do espaço para atender o aluno do 1º ano do ensino fundamental de nove anos. Disponível em: www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos

A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em geografia. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/14315/pdf>

As 11 cidades brasileiras, que dão show em educação. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-11-cidades-brasileiras-que-dao-um-show-em-educacao>

BARREIRAS: Secretária de Educação concede entrevista e fala da precariedade nas escolas da zona rural que serão nucleadas. Barreiras, 03 de março de 2017. Disponível em: <http://www.tvweb-barreiras.com/2017/03/secretaria-de-educacao-concede.html>

Cartilha de segurança e saúde nas escolas. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_Canpat/SST_nas_escolas/ST_01_pre-escola/Cartilha-segurana-e-sade-nas-escolas.pdf.

CASTRO, L. dos S.; SANTOS, R. da S.; CRUZ, A. H. da S. Educação e teorias da aprendizagem: um foco na teoria de Vygotsky. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 11, n. 1, p. 551–559, 1 ago. 2013.

FRAGO, Viñao Antonio. História de la educación e história cultural. Revista Brasileira de Educação, SP, nº 0, p. 63-82, set./dez., 1995

Lei 9394/96: Diretrizes e bases da educação, Nº 9394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.

MODESTO, P. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. Revista Interesse Público, Salvador, n. 2, 2001.

Padrões de Infraestrutura para as instituições de Educação Infantil e parâmetros de qualidade para educação infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/infra.pdf>

RENDI, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 1998

SEGUIN, Elida. A Correlação entre Direitos Humanos, Direito Ambiental e Justiça Ambiental. In GALLI, Alessandra. Direito Socioambiental: homenagem a Vladimir Passos 18 de Freitas. Curitiba: Juruá, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e Funcionamento da educação básica. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001. 144 P.]

VOORDT, T. J. M. van der; WEGEN, H. B. R. van. Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. Trad.: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 237 p

10 ideias para potencializar o ambiente de sua sala de aula. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3423/10-ideias-para-potencializar-o-ambiente-de-sua-sala-de-aula>.